

-----ATA N.º 3/2026-----

-----Aos trinta dias, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Miguel da Costa Cunha.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa, secretariado pelas Senhoras Deputadas Liliana da Cruz Marques e Hélia Susana Granjal Trindade, na qualidade de primeira e segunda secretárias, respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, bem como a todos que assistiam à transmissão *online* desta Sessão.-----

-----De seguida, informou que a Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos comunicou, via correio eletrónico, com registo de entrada número quarenta e quatro, datado de vinte e três de abril de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente no período compreendido entre os dias vinte e quatro de abril e dois de maio, tendo solicitado a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, o Senhor Deputado Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques.-----

-----Comunicou ainda que o Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena informou, via correio eletrónico, com registo de entrada número quarenta e cinco, datado de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, que se encontraria ausente. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PS, Senhor Deputado Agostinho Augusto Santos.-----

-----Por fim, comunicou que o Senhor Deputado José Rocha Gonçalves informou que se encontra ausente, tendo solicitado a sua substituição. Nos

termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Deputado José Augusto Rebelo Ferreira. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

- Rosa Maria Cunha Veloso;-----
- Joaquim Lopes de Abreu; -----
- Liliana da Cruz Marques; -----
- Ana Isabel Lopes Correia;-----
- Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques;-----
- José Augusto Rebelo Ferreira, em substituição do Senhor Deputado José Rocha Gonçalves; -----
- Paulo Manuel Lopes Achando; -----
- Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo;-----
- Pedro Almeida Santos;-----
- Filipe Manuel Fernandes Pereira Marques, em substituição da Senhora Deputada Diana Vanessa Marques Ramos;-----
- Diogo Pedro Frias Cardoso Achando; -----
- Hélia Susana Granjal Trindade; -----
- Ricardo Jorge Almeida Coelho;-----
- Gabriela Tomás Rodrigues;-----
- António Joaquim Fernandes Gomes; -----
- Sérgio Rafael Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----
- João Manuel Loureiro da Cunha, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
- Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----
- Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro;-----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Maria de Fátima dos Santos Patrício, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira;-----

-----Nelson Pina Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----

-----Cristina Ferreira Fino, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela;-----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----

-----Maria Goreti da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados;-----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira;-----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais;-----

-----Nuno Miguel Lopes Valente Xavier, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz;-----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego.-----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----Agostinho Augusto Santos, em substituição do Senhor Deputado Frederico Manuel Martins de Sena.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores,

Teresa Ferrão Cardoso, Emanuel de Almeida Proença Barata, José Alfredo de Almeida Silva e Ana Cristina Dias Pires. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----Esteve presente nesta sessão o munícipe Vítor Henriques, que iniciou a sua intervenção referindo a celebração dos cinquenta e dois anos do 25 de Abril, destacando a importância da liberdade, da democracia e da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em mil novecentos e oitenta e seis. Referiu que Abril consagrou direitos e deveres cívicos, manifestando preocupação com a fragilidade da democracia, evidenciada pela elevada taxa de abstenção eleitoral e pelo crescente afastamento dos cidadãos da vida pública. Abordou ainda o papel dos jovens, salientando o crescente descontentamento relativamente à democracia, ao sistema político e à classe política, considerando preocupante o seu afastamento da participação cívica e política, tendo em conta o papel fundamental das novas gerações na continuidade do projeto democrático. Referiu ainda que não pretende soluções imediatas para um problema desta natureza, reconhecendo a sua complexidade. -----

-----De seguida mencionou o Conselho Municipal da Juventude, considerando tratar-se de um órgão fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas aos jovens e para o reforço da sua participação na vida pública local. Sublinhou a importância deste órgão no contexto do envelhecimento demográfico e da necessidade de atrair e fixar jovens no Concelho. Nesse sentido, questionou sobre a constituição do último Conselho Municipal da Juventude, quais as políticas municipais previstas para incentivar a fixação e participação dos jovens, bem como quais os critérios necessários para a constituição daquele órgão. -----

-----Concluiu a sua intervenção citando a expressão “Não basta celebrar Abril, temos de cumprir Abril”. Acrescentou que, passados cinquenta e dois anos e perante a persistência de diversos problemas e incertezas, é dever de todos contribuir para a preservação da democracia no espaço público. Por fim, citando, Rui Barbosa, afirmou que “a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”, apelando ainda a que não deixem silenciar as suas vozes. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** considerou a intervenção oportuna, no contexto da celebração dos cinquenta e dois anos da implementação da democracia em mil novecentos e setenta e quatro e dos cinquenta anos do poder local. Partilhou das preocupações expressas, sublinhando que a liberdade e a democracia não são realidades definitivas, lembrando que a história demonstra alternância entre períodos de democracia e de ditadura. Referiu ainda que, mesmo em democracia, é legítimo questionar a sua qualidade, considerando que atualmente existem sinais preocupantes tanto a nível interno como externo. Destacou o alheamento e o conformismo da população, sobretudo dos jovens, o que contribui para o enfraquecimento da democracia, pela ausência de valores como o respeito, a tolerância, a fraternidade, a liberdade e a igualdade de oportunidades. Acrescentou que o mundo atravessa um período de conflitos, pelo que todos têm uma corresponsabilidade na defesa e no fortalecimento da democracia. -----

-----Relativamente à questão do Conselho Municipal da Juventude, referiu a sua pertinência enquanto órgão de participação e de aproximação dos jovens à vida do Município, permitindo-lhes expressar ideias, preocupações e aspirações. Manifestou igualmente preocupação pela inexistência de uma Associação de Estudantes na Escola, considerando tratar-se de um sinal de

distanciamento e fragilidade na participação juvenil. Comunicou ainda que o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude foi aprovado em dois mil e onze e revisto em dois mil e dezoito, por proposta do Partido Socialista, embora nunca tenha sido concretizada a constituição desse órgão. Por fim, manifestou a expectativa de que venham a ser criadas as condições necessárias para a sua constituição. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na reunião da Comissão Permanente, realizada no dia anterior na freguesia do Minhocal. Referiu ainda que, dando continuidade ao espírito de descentralização e seguindo a ordem alfabética, a próxima reunião ficou agendada para a Freguesia de Prados. -----

-----Informou ainda que a reunião contou com presença de público, tendo sido colocadas algumas questões pertinentes. Embora o Senhor Presidente da Câmara Municipal não estivesse presente, assumiu o compromisso de transmitir as questões e solicitar os respetivos esclarecimentos. Referiu que foram levantadas questões relacionadas com a construção da ETAR na Freguesia do Minhocal, bem como com a substituição das condutas de abastecimento de água, visto que algumas se encontram danificadas. Foi ainda manifestada a preocupação quanto à segurança de uma ponte no Minhocal, na sequência das intempéries ocorridas, bem como relativamente a situações semelhantes existentes no Concelho, questionando se o Município tem conhecimento dessas situações e quais as medidas previstas para prevenir riscos e eventuais acidentes.-----

-----De seguida concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que a ETAR do Minhocal integrava um conjunto de doze candidaturas destinadas à construção dessas infraestruturas, tendo sido a única que não chegou a ser executada. Explicou que essa situação se deveu ao esgotamento do prazo disponível para a sua concretização e às dificuldades na definição de um local adequado, em virtude das limitações impostas pelo Plano Diretor Municipal (PDM) e da indisponibilidade do terreno inicialmente previsto. Acrescentou que a Junta de Freguesia não conseguiu viabilizar uma solução alternativa em tempo útil. Comunicou ainda que, após a execução das restantes ETAR's, foi assumido pelo Município o compromisso de concretizar a ETAR do Minhocal durante o presente mandato. Recordou que a necessidade destas infraestruturas surgiu na sequência de problemas ambientais relacionados com a ribeira do Minhocal e de exigências da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), sob pena de aplicação de coimas. Acrescentou que os projetos desenvolvidos durante o mandato do Executivo PS vieram, posteriormente, a ser concretizados no mandato do Executivo PSD. Referiu que atualmente existe um projeto elaborado para a ETAR do Minhocal, encontrando-se o Município a procurar enquadramento financeiro junto do Ministério do Ambiente e da Energia. Na ausência dessa possibilidade, a Câmara Municipal terá de suportar os respetivos encargos financeiros. Assinalou igualmente a existência de necessidades semelhantes noutras localidades, designadamente em Prados e Cortiçô da Serra. Sublinhou que as ETAR's construídas contribuíram para melhorar a situação ambiental, embora persistam alguns constrangimentos de funcionamento decorrentes do sobredimensionamento de algumas infraestruturas face ao número de utilizadores, como se verifica na localidade de Aldeia Rica. Esclareceu ainda que as ETAR's foram financiadas pelo POSEUR, existindo exigências quanto ao cumprimento dos

parâmetros de qualidade e salubridade da água, tendo o incumprimento de alguns valores originado a aplicação de uma coima superior a dez mil euros aplicada ao Município. Defendeu que futuras intervenções deverão ter em conta as falhas identificadas, reiterando o compromisso do Município em concretizar, futuramente, a ETAR do Minhocal. -----

-----Relativamente à substituição das condutas de água, referiu tratar-se de um problema transversal, existindo ainda tubagens de fibrocimento cuja substituição exige investimentos avultados, mas indispensáveis. Indicou que a adesão do Município à APAL visou precisamente facilitar a resposta a estas necessidades, cabendo atualmente à empresa assegurar a melhoria da qualidade da água e a redução das perdas na rede, salientando que, se metade da água se perde, é necessário pagar cem por cento, usufruindo-se apenas de cinquenta por cento. Acrescentou ainda que, através da Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL), foi realizada a ligação da Barragem do Caldeirão ao depósito existente no Castelo de Celorico da Beira, com a instalação de novas condutas, permitindo melhorias significativas no serviço. -----

-----No que respeita à segurança das pontes, referiu que esta matéria requer fiscalização técnica especializada, tendo já sido realizadas inspeções e intervenções pontuais em algumas estruturas, como a Ponte das Olas e a Ponte do Ladrão. Salientou ainda a necessidade de fiscalizações periódicas, tendo em conta as condições climatéricas e os fenómenos de erosão, acrescentando que o Município está atento à situação e consciente da responsabilidade de proceder às respetivas inspeções com a maior brevidade possível. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** apelou aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para comunicarem situações relevantes, de forma a permitir à Câmara Municipal proceder ao respetivo levantamento e fiscalização. -----

-----De seguida, comunicou a receção de um requerimento subscrito por elementos da bancada do PS, relativo a uma alteração do respetivo Grupo Municipal, bem como à composição da Comissão Permanente. Referiu que o mencionado requerimento lhe suscitou dúvidas de natureza legal, em virtude de incluir assinaturas de elementos em regime de substituição. Nessa sequência, informou que o assunto seria reencaminhado para os serviços competentes, a fim de ser solicitado um parecer jurídico. Acrescentou que, caso se verifique a legalidade da situação, o requerimento será apreciado na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Questionados os presentes sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Ricardo Coelho**, que apresentou um Voto de Louvor, em nome da Bancada do PPD/PSD, o qual se transcreve na íntegra:-----

-----**“VOTO DE LOUVOR AO SENHOR EMANUEL SANTINHO PELAS CONQUISTAS NO CAMPEONATO DE KEMPO ADAPTADO** -----

-----Hoje erguemo-nos não apenas para reconhecer um feito, mas para celebrar um princípio, o princípio de que a condição humana não se define pelas limitações que nos são impostas, mas pela coragem com que escolhemos enfrentá-las. -----

-----A vida, sabemos, não distribui os seus desafios de forma equitativa. A alguns oferece caminhos largos e desimpedidos; a outros, trilhos estreitos, íngremes e, muitas vezes, solitários. Mas é precisamente nesses caminhos mais difíceis que se revela a verdadeira grandeza do espírito humano. -----

-----A diferença, tantas vezes vista como obstáculo, é, na verdade, uma das mais profundas expressões da riqueza da nossa humanidade. Não é fraqueza, não é ausência, não é limitação. É personalidade. É identidade. É, em muitos casos, a força invisível que impulsiona conquistas extraordinárias. -----

-----Hoje prestamos homenagem ao Emanuel Santinho, pela sua notável participação e conquistas no Campeonato do Mundo de Kempo Adaptado,

realizado na Turquia, onde, com mérito e determinação, dignificou não só a modalidade, mas também o nome de Celorico da Beira e de Portugal. O Emanuel ousou contrariar expectativas, porque se recusou a ser definido pelas circunstâncias, porque transformou a adversidade em disciplina e disciplina em excelência.-----

-----Este percurso não é apenas desportivo. É filosófico. É um testemunho vivo de que o ser humano encontra sentido não na ausência de dificuldades, mas na forma como lhes dá resposta. Superar não é negar a dor, é caminhar com ela, aprender com ela e ainda assim seguir em frente.-

-----Que este exemplo nos interroge enquanto comunidade. Que nos recorde que uma sociedade verdadeiramente justa não é aquela que uniformiza, mas aquela que valoriza cada diferença como um contributo único. Que nos ensine que inclusão não é caridade, é reconhecimento. -----

-----Assim, o grupo municipal do PSD de Celorico da Beira, pede um voto de louvor público, reconhecendo o mérito, a dedicação e o exemplo inspirador de superação, que dignifica não só o próprio, mas também todo o concelho que representa.-----

-----Que este louvor não seja apenas um ato formal, mas um compromisso coletivo de continuar a construir uma comunidade onde cada pessoa, independentemente das suas circunstâncias, tenha espaço para crescer, para sonhar e para vencer. -----

-----Muito obrigado.-----

-----Grupo Municipal do PPD/PSD -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Rosa Veloso** iniciou a sua intervenção com uma nota de agradecimento, evocando os cinquenta e dois anos do vinte e cinco de Abril e os cinquenta anos do poder local. Destacou a justa homenagem prestada a antigos titulares de cargos autárquicos, reconhecendo o seu papel de proximidade junto das populações. Salientou igualmente a importância dos cidadãos anónimos que diariamente servem a comunidade em diversas áreas essenciais, nomeadamente trabalhadores

na recolha de resíduos, na manutenção dos jardins públicos, na conservação da calçada, no abastecimento e tratamento de água e nos transportes públicos, entre outros. Sublinhou que todas as profissões e ofícios são essenciais para uma sociedade mais justa, mais coesa e mais reconhecadora. Referiu ainda que durante a cerimónia a oposição e o poder estiveram lado a lado nos momentos institucionais, destacando o pluralismo, a liberdade de expressão e de pensamento como pilares fundamentais que sustentam a democracia. Agradeceu o convite que lhe foi dirigido e evocou a canção “Tanto Mar”, de Chico Buarque, citando: “Foi bonita a festa, pá / Fiquei contente / Ainda guardo renitente / Um velho cravo para mim”. Manifestou ainda o desejo de que futuras celebrações públicas sejam descentralizadas, de forma alternada, pelas diversas aldeias do Concelho. -----

-----De seguida, evocou a memória de Maria da Graça Alves Matias Patrício, salientando o seu contributo artístico na preservação da identidade, das paisagens e das memórias rurais de Celorico da Beira através da pintura. Salientou que o seu legado representa um património de afetos, identidade e pertença, homenageando assim quem ajudou a contar a história do Concelho. Aproveitou para endereçar aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências.-----

-----No âmbito da preservação da identidade de Celorico da Beira, referiu ter conhecimento de que parte do acervo dos estúdios JG, equipamentos e material fotográfico, terá sido adquirido pelo Município, considerando que esse património deveria ser disponibilizado ao público através de um espaço de exposição permanente, articulado com exposições temporárias. Sugeriu ainda a realização de uma exposição temporária dedicada às obras de Maria da Graça Patrício e a criação de um museu num espaço devoluto do Concelho destinado a reunir obras literárias e artísticas de autores celoricenses. Salientou a importância da preservação da memória e da valorização da identidade cultural local, referindo igualmente a

disponibilidade manifestada pelo fotógrafo Alfredo Cunha para oferecer algumas das suas obras ao concelho de Celorico da Beira. -----

-----Seguidamente referiu existir um sentimento generalizado de cansaço face a manifestações de boa vontade sem resultados concretos, defendendo a necessidade de obra efetivamente realizada e concluída. Nesse contexto, manifestou a expectativa de que o Senhor Presidente da Câmara passe do discurso à concretização, considerando evidente a ausência de resultados visíveis, nomeadamente no denominado Parque Industrial, atualmente mais associado a aspetos negativos do que ao impacto positivo esperado para o Concelho. Perante a situação, questionou a criação efetiva de emprego, solicitando um compromisso claro com datas, objetivos e identificação de empresas a instalar e número de postos de trabalho a criar. Acrescentou ainda que a população se encontra cansada de lotes vazios, arruamentos sem atividade e promessas sucessivamente adiadas, questionando a utilidade da ampliação realizada. -----

-----Salientou que se vivem tempos de exigência e de revolução cibernética, questionando quais as medidas que estão a ser adotadas para modernizar a Autarquia e os seus serviços, bem como para preparar os trabalhadores municipais para esses desafios. -----

-----Referiu que após questionar os serviços municipais sobre o número total de funcionários, independentemente do vínculo contratual, foi indicado o número de trezentos e nove trabalhadores. Perante esse dado, pretendeu saber se existe um quadro de pessoal devidamente estruturado, com funções claras, tarefas bem definidas e objetivos concretos. Apesar de reconhecer a dedicação e profissionalismo dos trabalhadores municipais, manifestou preocupação com alegados problemas de reorganização interna, correta afetação de recursos humanos e supervisão. Mencionou ainda a abertura de mais vinte postos de trabalho no Município, questionando o impacto dessa estratégia de contratação pública face à realidade demográfica do Concelho e às dificuldades sentidas pelo comércio local na retenção e contratação de trabalhadores. Considerou que

o Município, enquanto principal empregador da região, poderá estar a contribuir para a escassez de mão de obra nas empresas locais, afetando o tecido económico, questionando até quando será mantida essa estratégia de contratação pública sem uma avaliação clara do seu impacto direto na sobrevivência do tecido económico local, contribuindo para o encerramento de estabelecimentos por falta de recursos humanos. -----

-----De seguida, dirigiu-se à Senhora Vereadora Ana Cristina Pires, identificando-a como Ana Cristina Cardoso, colocando questões relacionadas com as áreas da sua responsabilidade, designadamente no âmbito da promoção, desenvolvimento e acompanhamento da zona industrial. Nesse contexto, questionou se já existem resultados concretos decorrentes do exercício das suas funções em regime de tempo inteiro que possam ser apresentados à Assembleia Municipal e à população, solicitando igualmente esclarecimento quanto à data de início de funções no referido regime. Acrescentou que no renovado *síte* do Município, a Senhora Vereadora surge associada ao pelouro do Património, Cultura e Ciência, em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara, questionando se tal situação corresponde a um lapso ou à efetiva distribuição de responsabilidades. Caso se trate de uma atribuição efetiva, solicitou o respetivo esclarecimento. Sublinhou ainda que, embora seja compreensível que qualquer função exija um período de adaptação e aprendizagem, a atribuição de responsabilidades executivas pressupõe preparação, competência e capacidade de resposta desde o primeiro momento, esperando-se que os titulares dos cargos estejam plenamente aptos ao exercício das funções que lhes são confiadas. -----

-----A propósito do património, referiu ter conhecimento de diversas queixas de fregueses de Celorico da Beira relativas ao estado de degradação contínua da zona histórica da Vila e ao sentimento crescente de insegurança, particularmente ao cair da noite. Nesse contexto, solicitou esclarecimentos sobre as medidas adotadas para colmatar essas situações, bem como a razão pela qual o Castelo se encontra frequentemente

encerrado, inclusive aos fins de semana, quando poderia registar maior afluência de visitantes. Questionou igualmente o estado de conservação do espaço envolvente ao Castelo, referido como degradado, quando deveria constituir um dos principais cartões de visita do Concelho e um espaço de fruição pública. Mencionou também a Necrópole milenar, destacando o seu valor histórico e identitário, que continua com falta de sinalética adequada, acessos qualificados e promoção devida. Salientou o potencial turístico do Concelho integrado na Serra da Estrela, território distinguido como destino mundial de montanha pela Aliança Internacional de Turismo de Montanha, dispondo de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias relevantes, bem como a proximidade a um aeroporto. Perante este enquadramento, considerou que a promoção do património natural, cultural, gastronómico e das tradições locais, nomeadamente a produção de enchidos e de queijo, carece de maior dinamismo e projeção interna e externa. Referiu igualmente as Aldeias de Montanha e as Aldeias Históricas, com especial destaque para Linhares da Beira, defendendo a necessidade de uma estratégia de promoção, investimento e valorização mais consistente. Nesse âmbito, questionou a atualização e renovação da sinalética informativa relativa a monumentos, percursos pedestres, património arquitetónico e natural e produtos regionais, bem como a ausência de sinalização turística e cultural nas principais entradas da Vila e no próprio *site* do Município. Considerou ainda que o *site* institucional carece de informação prática e atualizada, como horários de funcionamento, o que poderá comprometer a experiência dos visitantes. Questionou também o aproveitamento da Casa do Mundo Rural de Prados, defendendo uma utilização mais consistente e continuada. Manifestou preocupação com a eventual perda da memória coletiva dos modos de vida tradicionais, referindo a existência de disponibilidade de uma habitante para cedência ou venda de património etnográfico local e qual a razão da falta de interesse na sua preservação. Referiu ainda a perceção de que a ação municipal se centra sobretudo em eventos como a Feira do Queijo e em cerimónias

públicas, manifestando preocupação quanto à salvaguarda dos elementos identitários do Concelho, incluindo o Queijo Serra da Estrela, caso não exista uma estratégia efetiva de valorização económica dos produtores. Nesse contexto, solicitou esclarecimentos sobre o impacto real, tangível e mensurável das parcerias com a ANCOSE - Associação Nacional Criadores Ovinos Serra da Estrela e a Estrelacoop - Cooperativa de Produtores de Queijo Serra da Estrela, CRL, questionando se as mesmas têm produzido resultados concretos ou apenas se limitam a um enquadramento formal sem efeitos práticos significativos para o setor. Recordou que, na última Assembleia Municipal, foi proposta a criação de um grupo de estudo para apoio à modernização da pastorícia, à criação de gado ovino autóctone e à valorização do Queijo, questionando se existem desenvolvimentos ou decisões tomadas nesse âmbito. Referiu ainda que contactou o Professor Paulo Barracosa, do Instituto Politécnico de Viseu, o qual comunicou que tem manifestado disponibilidade para colaborar sempre que é convidado, mencionando, contudo, que das suas intervenções têm resultado poucas consequências práticas. Relatou ainda uma situação relacionada com a produção de cardo no Concelho, na qual o produtor terá visto recusada a compra da sua produção pela maior fábrica de queijo curado, devido a divergências no preço proposto, alegadamente inferior ao praticado no Alentejo, considerando o caso preocupante e revelador de possíveis disfunções no setor. -----

-----De seguida, dirigiu-se à Senhora Vice-Presidente para obter esclarecimentos sobre a situação da produção de cardo no Concelho, o respetivo destino e a existência de incentivos para aumentar os produtores desta cultura estratégica para a produção de Queijo e para a economia local. Referiu ainda a cessação da produção de Queijo pelo único rebanho de raça autóctone Churra Mondegueira no Concelho, solicitando informação sobre as causas dessa situação e sobre eventuais medidas de preservação destes animais, atendendo ao seu valor genético, económico e identitário. Solicitou também esclarecimentos sobre a aplicação de uma coima superior

a dez mil euros à Autarquia pela ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, responsável pela regulação dos serviços de abastecimento de água, saneamento e tarifas aplicáveis aos utilizadores, nomeadamente que infração esteve em causa, as responsabilidades apuradas, o impacto para o Município e as medidas adotadas para evitar situações semelhantes. -----

-----Concluiu defendendo que quem exerce funções públicas deve ser exemplo de transparência, rigor e cumprimento, afirmando que os celoricenses merecem respostas, trabalho realizado e resultados concretos. Considerou ser tempo de passar da inauguração à concretização, do anúncio ao resultado e de garantir maior atenção e investimento em todas as freguesias do Concelho e não apenas na sede do Município. -----

-----O Senhor **Deputado Pedro Santos** assinalou a importância do mês de abril enquanto símbolo da liberdade e destacou as comemorações do vinte e cinco de Abril realizadas no Concelho, considerando-as um momento de memória, respeito e valorização da democracia e do poder local. Referiu a homenagem prestada aos antigos Presidentes da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e, em especial, aos Presidentes de Junta de Freguesia, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento do Concelho, salientando o papel essencial das Juntas de Freguesia pela sua proximidade às populações e pela promoção do território. -----

-----Destacou igualmente a recente atribuição da Bandeira de Mérito Social ao Município, como reconhecimento do trabalho desenvolvido em benefício da comunidade. Deixou ainda uma mensagem de valorização do interior, defendendo a criação de oportunidades, a fixação de jovens e a promoção da inovação como fatores de desenvolvimento do território. Sublinhou igualmente a importância de iniciativas locais, como o Festival do Requeijão na Freguesia do Fornotelheiro, enquanto promotoras da identidade e valorização dos produtos regionais. -----

-----Concluiu com um apelo ao compromisso coletivo na construção de um Concelho com mais oportunidades, desenvolvimento e qualidade de vida. - -----

-----O Senhor **Deputado Filipe Marques** felicitou o Município pelo início das obras de requalificação do antigo Garden's Bar, destacando a importância social do espaço enquanto local de convívio intergeracional e ponto de encontro da comunidade. Sublinhou o seu papel na dinâmica social do Concelho, designadamente no apoio às atividades diurnas, no convívio dos jovens no período noturno e na valorização da zona verde onde se insere. Defendeu a preservação da vocação social do espaço e considerou essencial a abertura de concurso público, preferencialmente durante o mês de maio, de forma a assegurar a sua reativação no início do verão. -----

-----De seguida, alertou para o estado de degradação em que se encontra o Parque de Lazer e Praia Fluvial da Ratoeira, na sequência dos danos provocados pelas recentes tempestades, manifestando preocupação pela ausência de intervenções de limpeza, recuperação e sinalização de perigo. Destacou a relevância do parecer favorável da Autoridade Regional de Saúde, que reconhece a Praia Fluvial da Ratoeira como zona balnear interior, permitindo a sua integração na lista oficial de zonas balneares em dois mil e vinte e seis, considerando urgente uma intervenção do Município. Nesse sentido, pretendeu saber se existe um levantamento técnico dos danos, um relatório com a identificação dos prejuízos, plano de ação com calendarização e eventual candidatura a apoios financeiros para a recuperação do espaço. Por fim, sublinhou a importância ambiental, social e turística do local, defendendo um compromisso urgente do Município para restabelecer dignidade, segurança e funcionalidade do parque.-----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** deu conhecimento de alguns dos assuntos abordados na reunião da Assembleia Intermunicipal da

CIMBSE, realizada no dia vinte e três de março, destacando a aprovação do relatório de gestão referente ao mandato anterior. Referiu que das intervenções efetuadas resultaram diversas moções, salientando uma apresentada pelo PS relativa à Linha da Beira Baixa. Explicou que os danos provocados pelas intempéries implicaram uma interrupção na linha ferroviária por um período estimado de, pelo menos, seis meses, destinado à realização das obras de reparação necessárias. A moção defendia uma solução alternativa à implementada em curso, tendo sido aprovada. Acrescentou que a bancada do PSD apresentou uma recomendação com vista a reforçar e valorizar o exercício do mandato dos membros da Assembleia Intermunicipal, propondo a realização de mais reuniões, por considerar insuficiente a periodicidade atual, limitada à apreciação das contas e do orçamento. A recomendação apresentada defende um maior acompanhamento da atividade intermunicipal, aprofundamento das matérias em análise e promoção do debate estratégico sobre os desafios da região. Mencionou igualmente uma moção apresentada pela bancada do PS relativa à execução do programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, instando o Governo ao cumprimento das medidas aprovadas em Conselho de Ministros, no ano de dois mil e vinte e quatro. Manifestou solidariedade com a necessidade de aplicação atempada das verbas atribuídas a cada concelho, bem como a expectativa de concretização das medidas previstas.-----

-----Por fim, congratulou a recente medida do Governo destinada ao apoio à pecuária, com vista ao controlo dos matos e pastagens, à redução do risco de incêndio e ao incentivo da produção do Queijo Serra da Estrela. Sublinhou, contudo, a necessidade de serem criadas melhores condições para atrair novos produtores e investidores para o Concelho, mediante a atribuição de apoios efetivos à instalação e à melhoria das condições de trabalho e de produção. -----

-----No uso da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por felicitar o munícipe Emanuel Santinho pelo seu desempenho, reforçando o reconhecimento pelo percurso desenvolvido e salientando a relevância do seu exemplo. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Rosa Veloso, manifestou concordância quanto ao espírito da homenagem realizada no âmbito dos cinquenta anos do vinte e cinco de Abril, sublinhando que assentou nos valores da pluralidade e da democracia, independentemente de quaisquer cores partidárias. Esclareceu que a homenagem incidiu sobre os eleitos ligados ao poder local, reconhecendo que muitas outras pessoas também merecem reconhecimento pelo seu contributo para o Concelho. Referiu que, apesar de não terem sido homenageados individualmente os Vereadores e Deputados Municipais, considera que ficaram simbolicamente representados através das homenagens prestadas aos Presidentes de Câmara, Presidentes da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia. Acrescentou que tal opção não inviabiliza futuras homenagens a outras personalidades e cidadãos do Concelho, recordando que o Município tem promovido iniciativas de reconhecimento público, nomeadamente no âmbito das comemorações do feriado municipal, celebrado a vinte e três de maio. Quanto à possibilidade de descentralizar eventos e cerimónias por outras freguesias, afirmou tratar-se de uma questão de suscetível avaliação futura. -----

-----No que respeita à questão relativa à munícipe Graça Patrício, informou que foi conseguido um acordo, após a avaliação do acervo fotográfico dos Estúdios JG, à semelhança do processo anteriormente desenvolvido com o espólio da tipografia do Senhor Manuel Cruz. Referiu que está a ser desenvolvido um projeto destinado à criação de um espaço museológico, nas garagens da Biblioteca Municipal, dedicado à preservação e valorização da tipografia, fotografia e outros elementos representativos do património cultural e histórico do Concelho. Destacou ainda a relação de proximidade e cooperação com o fotógrafo Alfredo

Cunha, salientando o seu reconhecimento e relevância no panorama da fotografia, tanto a nível local como nacional. Considerou que essa colaboração tem permitido desenvolver novas perspetivas e iniciativas culturais, admitindo a possibilidade de o futuro espaço museológico poder vir a associar o nome do fotógrafo ao projeto. Sublinhou a importância de valorizar e partilhar o percurso, o testemunho e o património de Alfredo Cunha, reconhecendo o contributo da sua obra e da sua experiência no contexto nacional e internacional. -----

-----Relativamente às obras em curso, reconheceu a necessidade de maior celeridade na execução dos processos, sublinhando que uma das principais prioridades do Município é a captação de investimento e criação de postos de trabalho no Concelho. Informou que, no âmbito da CIMBSE, participou recentemente numa reunião com o Presidente da CCDRC, Ribau Esteves, durante a qual foi transmitido que o próximo quadro financeiro dará prioridade ao apoio a investimentos considerados estratégicos pelos municípios, estando prevista a atuação de uma comissão, criada no âmbito da CCDR, destinada a agilizar procedimentos e decisões. Reconheceu que existem investimentos em curso em Celorico da Beira, embora nem sempre ao ritmo desejado, salientando que os procedimentos administrativos, a elaboração de projetos e a respetiva aprovação revelam-se, frequentemente, mais demorados do que a própria execução das obras. Nesse contexto, referiu que a excessiva centralização administrativa, constitui um fator de morosidade dos processos, defendendo uma maior descentralização e autonomia municipal, de forma a reduzir a morosidade burocrática que afeta tanto o investimento público como privado. No âmbito do investimento empresarial, destacou o trabalho desenvolvido pelo grupo internacional *Biofive Energy*, ligado à área das energias e do *biometano*, referindo que o projeto já dispõe dos respetivos Planos de Interesse Municipal e Nacional aprovados por várias entidades. Referiu ainda que várias empresas têm manifestado interesse em investir no Concelho, considerando Celorico da Beira um ponto estratégico, salientando que tais

projetos dependem do respetivo enquadramento legal, da aprovação pelas entidades competentes e da auscultação das populações e das Juntas de Freguesia. Mencionou igualmente investimentos empresariais em curso no setor agroindustrial, incluindo a expansão de uma unidade de produção de ovos, bem como perspectivas de investimento na área do turismo associado à vitivinicultura, na Freguesia da Mesquitela. Referiu ainda sinais positivos associados ao impacto do investimento no Concelho, apontando o aumento da população residente, bem como do número de alunos na escola. Quanto à zona industrial, informou que foi necessária a retificação de áreas, estando atualmente concluída e com lotes já vendidos. Destacou ainda a empresa Pavimetal, com um investimento de oito milhões de euros, financiado pelo PRR, cuja implementação deverá ocorrer em breve. Referiu igualmente a existência de outras iniciativas empresariais em perspectiva de instalação, dependentes dos procedimentos de registo dos lotes. -----

-----Proseguiu, dando conhecimento de que, no presente dia, participou, juntamente com o Senhor Vereador José Alfredo, numa reunião com o Senhor Ministro da Educação e com a Senhora Vice-Presidente da CCDR para a área da Educação, Cristina Oliveira. Referiu que, no decurso da reunião, foi evidenciado que o Município realizou intervenções no parque escolar do Concelho, no âmbito do quadro financeiro 2020, circunstância que permitiu acautelar, atempadamente, preocupações atualmente sentidas por diversos municípios do País. -----

-----Informou ainda que já deram início as obras da Loja do Cidadão, considerando tratar-se de uma infraestrutura de relevante importância para o Concelho e para a população, em particular para os cidadãos com maiores dificuldades de mobilidade, prevendo-se a sua conclusão entre os meses de setembro e outubro. Referiu igualmente que o edifício da antiga escola profissional deverá iniciar, em breve, as obras de requalificação, passando a dispor de vários espaços destinados a responder às necessidades existentes. Acrescentou que também já se encontra assegurado o financiamento destinado à intervenção no antigo Parque de

Leilão de Gado, prevendo-se o início da empreitada a curto prazo. Comunicou ainda que será apresentado o projeto do Parque Urbano do Escorial, estando a Câmara Municipal a desenvolver os procedimentos necessários para o lançamento do concurso público de adjudicação. Referiu tratar-se de um investimento estimado em cerca de cinco milhões e meio de euros, sendo necessário assegurar uma parte substancial do respetivo financiamento. Explicou que o projeto visa, em articulação com a *Ancose* e a *Estrelacoop*, a criação de centros interpretativos e de condições que contribuam para a preservação, valorização e transmissão dos conhecimentos associados à produção tradicional de queijo, num território ligado à pastorícia. Sublinhou a dificuldade em inverter a redução do número de pastores, queijeiras e rebanhos, reconhecendo, contudo, as melhorias das condições de produção, decorrentes da evolução tecnológica e da modernização da atividade, nomeadamente através da ordenha elétrica e da instalação de vedações, que contribuem para facilitar o trabalho e reduzir a necessidade de acompanhamento permanente dos rebanhos. Disse que subsistem desafios relevantes no setor, referindo igualmente a existência de medidas de apoio governamental à pastorícia, nomeadamente incentivos destinados a jovens agricultores. Salientou ainda a importância de o Parque Urbano do Escorial integrar uma componente pedagógica, a par da vertente de lazer, promovendo um espaço de natureza dirigido a diferentes públicos e faixas etárias. Destacou igualmente a preocupação de preservar e transmitir a memória, os saberes e as tradições locais, através de iniciativas dirigidas às escolas e aos visitantes, valorizando experiências associadas ao processo tradicional de fabrico do queijo, cada vez mais procuradas no contexto do turismo de experiência. ---

-----Relativamente ao quadro de pessoal, disse que a Câmara Municipal dispõe de um quadro adequado às necessidades existentes, embora reconheça alguns desequilíbrios, dificuldades quotidianas e situações de relacionamento interpessoal. Rejeitou a ideia de aumento do número de trabalhadores, esclarecendo que o objetivo é manter um equilíbrio que

responda às atuais necessidades e compense saídas por reforma ou fim de contratos a prazo. Destacou ainda o aumento de competências e serviços da Autarquia, esclarecendo que o universo de cerca de trezentos funcionários inclui os trabalhadores das escolas, das piscinas e do ginásio, bem como aqueles que têm de assegurar respostas junto dos Centros de Dia e das IPSS's. Sublinhou que os concursos são abertos à população em geral, sem integração direta no quadro de pessoal de trabalhadores provenientes de empresas privadas. Acrescentou que a reorganização dos serviços visa melhorar a qualidade e eficácia, esclarecendo que as vagas abertas correspondem a contratações por tempo indeterminado sem aumento do número global de funcionários na Autarquia. -----

-----No que respeita ao património e aos castelos, referiu a necessidade de reforçar a valorização do património do Concelho, destacando a importância da contratação e qualificação de recursos humanos qualificados na área do turismo, por forma a garantir maior visibilidade e dinamização do património existente. Salientou o valor histórico dos castelos de Celorico da Beira e de Linhares da Beira, bem como de outros monumentos relevantes. Manifestou preocupação com alguns episódios de vandalismo, períodos de encerramento ao público e limitações organizativas e de recursos humanos que é necessário ultrapassar. Referiu igualmente a relevância patrimonial e científica da necrópole de São Gens, encontrando-se referenciada no Geoparque, apesar de não integrar o Parque Natural da Serra da Estrela, sendo um dos pontos georreferenciados de interesse do território. Informou ainda que o Município se encontra a desenvolver diligências para a aquisição de uma parte significativa dos terrenos envolventes, com vista a melhorar a acessibilidade, a circulação de visitantes e a valorização daquele espaço arqueológico. Sublinhou também o potencial das aldeias de montanha e a importância das dinâmicas locais, das Juntas de Freguesia e das Associações na promoção do território, apontando como exemplo iniciativas desenvolvidas na Freguesia do Cadafaz. Defendeu a criação de roteiros integrados, melhores condições de mobilidade e a valorização de

equipamentos e espaços patrimoniais, como a Escola-Museu de Salgueirais, a Casa-Museu Rural de Prados e os Moinhos da Rapa, considerando necessária a conservação, renovação da sinalética e a mitigação dos impactos da degradação e dos incêndios, sendo que algumas intervenções são da responsabilidade do Município e outras da rede das Aldeias Históricas. Relativamente a Linhares da Beira, referiu que existem projetos que ficaram condicionados pela interrupção dos mecanismos de financiamento associados aos PROVERE. Destacou ainda o reconhecimento internacional da rede das Aldeias Históricas, pela dinâmica que tem vindo a desenvolver. -----

-----Ainda sobre a Casa do Mundo Rural de Prados, referiu não ter conhecimento de intenções de doação de espólio, salientando a recente aceitação, em reunião de Câmara, de doações consideradas de interesse municipal, mantendo-se o Município recetivo a eventuais doações que contribuam para enriquecer o património existente. -----

-----Retomando o tema do queijo, informou que o processo de candidatura do Queijo Serra da Estrela a Património da Humanidade se encontra a ser desenvolvido e acompanhado pelo Professor Paulo, responsável pelo processo de reconhecimento do Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade. Manifestou convicção de que o processo terá um desfecho positivo, considerando que este reconhecimento constituirá uma importante valorização do produto, das pessoas ligadas à sua produção e do respetivo valor económico. -----

-----Quanto à questão do cardo, congratulou-se pelo facto de o Concelho possuir a maior produção da região, lamentando, contudo, a inexistência de interesse, por parte de uma empresa privada, na sua aquisição.-----

-----Em relação à descentralização das iniciativas pelas Freguesias, manifestou satisfação pelo sucesso do Festival do Requeijão, realizado no Fornotelheiro, destacando a relevância do produto endógeno, a forte adesão do público e a promoção do território proporcionada pelo evento. Informou ainda da realização de outras iniciativas, nomeadamente um

evento ligado aos desportos motorizados na referida localidade, bem como outros eventos realizados em diferentes Freguesias do Concelho, contribuindo para a dinamização local e o envolvimento das comunidades. -

-----Manifestou igualmente concordância quanto à importância do *Garden's Bar*, considerando tratar-se de um espaço de encontro intergeracional destinado ao passeio, lazer, convívio e prática desportiva. Referiu que o mencionado Bar se encontra integrado no principal espaço verde de Celorico da Beira, informando que as obras no local se encontram em fase de conclusão, estando também prevista a abertura de concurso para instalação de um ponto de apoio ao referido espaço. -----

-----Relativamente à praia fluvial da Ratoeira, reconheceu a sua relevância, salientando que os processos não se concretizam com a celeridade desejada, face ao elevado número de solicitações e à limitada capacidade de resposta existente. Informou ainda que recentemente foi assinado um protocolo com o Município da Guarda e com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), visando uma intervenção articulada no rio, incluindo ações de limpeza e desassoreamento, recuperação de açudes, reabilitação de trilhos e valorização global do espaço natural. Referiu ainda que foi realizado um levantamento dos estragos, estimado em cerca de cento e dezanove mil euros, abrangendo apenas uma parte da área de intervenção prevista. Por fim, destacou a importância da zona da Ratoeira, atendendo ao investimento realizado, ao potencial do espaço e ao reconhecimento das águas como adequadas para zona balnear, circunstância que implica novas responsabilidades e encargos acrescidos. -

-----A Senhora **Vereadora Ana Cristina Pires** manifestou desagrado pelo facto de a Senhora Deputada Rosa Veloso, referir incorretamente o seu nome, esclarecendo que o seu nome é Ana Cristina Dias Pires. Referiu não compreender a insistência da Senhora Deputada em procurar informações sobre a sua vida pessoal e profissional, mencionando que terá contactado a Ordem dos Solicitadores para confirmar a sua atividade profissional.

Acrescentou que é licenciada em Solicitadoria, tendo exercido funções nessa área durante catorze anos em Celorico da Beira, atividade que suspendeu ao assumir o cargo de Vereadora.-----

-----Relativamente às funções que desempenha na Câmara Municipal, referiu que responde perante o Senhor Presidente da Câmara, acrescentando que exerce funções há cerca de dois meses, período durante o qual tem procurado conhecer os pelouros e as equipas de trabalho, salientando que “em dois meses não se fazem milagres”. Concluiu afirmando que algumas das questões colocadas já haviam sido esclarecidas pelo Senhor Presidente da Câmara e que, futuramente, responderá às questões que considere pertinentes. -----

-----A Senhora **Vice-Presidente Teresa Cardoso**, em relação à questão do rebanho de ovelha da raça Churra Mondegueira, cuja atividade foi abandonada devido à idade avançada dos proprietários, reconheceu a dificuldade em manter atividades tradicionais nestas circunstâncias. -----

-----Relativamente ao cardo tem conhecimento que existiram contactos dos produtores com empresas do concelho para a sua aquisição, mas que a decisão de compra cabe exclusivamente aos interessados, não podendo o município interferir nesse processo. -----

-----Quanto à coima associada à ETAR, referiu que resultou do incumprimento de alguns parâmetros técnicos, tendo o município realizado intervenções corretivas. Esclareceu ainda que existem problemas estruturais decorrentes do subdimensionamento das ETAR's existentes, motivo pelo qual o projeto da ETAR do Minhocal está a ser reformulado para melhor responder às necessidades populacionais e garantir o cumprimento dos indicadores ambientais. -----

-----No que concerne às cheias na Ratoeira, informou que se procedeu ao levantamento dos prejuízos nas freguesias afetadas, em articulação com as Juntas de Freguesia, tendo os danos sido reportados à CCDR. Na Ratoeira, os prejuízos inventariados ascendem a cerca de cento e setenta e nove mil

euros, abrangendo equipamentos, infraestruturas e sistemas de rega afetados. Referiu igualmente o apoio prestado aos municípios na comunicação de danos e a expectativa de acesso a financiamento para a recuperação. De seguida, deu conhecimento de um protocolo estabelecido com os Municípios da Guarda e de Manteigas para candidatura a fundos destinados à realização de intervenções de valorização e melhoria daquele espaço, visando reforçar a sua atratividade e potencial turístico.-----

-----Por fim, manifestou o seu desagrado relativamente a publicações e afirmações feitas nas redes sociais pela Senhora Deputada Rosa Veloso, rejeitando quaisquer insinuações relacionadas com alegadas irregularidades na sua vida pessoal. Esclareceu que o seu projeto de agroturismo demorou cerca de três anos a ser licenciado, defendendo a legalidade e a transparência do respetivo processo. Solicitou ainda à Senhora Deputada Rosa Veloso esclarecimentos relativamente a afirmações públicas que considerou insinuanças e lesivas da sua reputação.-----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu as intervenções e apelou ao foco nos assuntos autárquicos e no exercício das funções públicas, sublinhando que a Assembleia Municipal deve centrar-se na análise da atividade municipal, na avaliação do que está bem ou mal no Concelho e no debate dos problemas da comunidade. Reconhecendo as posições manifestadas pelos intervenientes, solicitou que questões de natureza pessoal fossem deixadas fora do espaço da Assembleia Municipal, considerando existirem outros meios e instâncias apropriadas para o tratamento dessas matérias.-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu as questões levantadas relativamente aos percursos pedestres e à modernização da Autarquia. No que respeita aos percursos de natureza e turismo ativo, informou que os percursos pedestres e cicláveis já foram homologados, tendo sido apresentados publicamente, na Feiro do Queijo,

onde estiveram presentes os representantes da Federação Portuguesa de Ciclismo e da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, incluindo treze percursos pedestres e nove percursos de ciclismo. Referiu ainda que a informação sobre os percursos se encontra disponível nos meios de comunicação do município – Projeto “Vales e Serras”. Em articulação com as Juntas de Freguesia estão a ser programadas caminhadas para dinamização e verificação das condições destes percursos.-----

-----Quanto à modernização administrativa, esclareceu que o Município tem em execução medidas nas áreas da cibersegurança e da modernização administrativa, incluindo uma candidatura aprovada, no valor aproximado de duzentos mil euros, destinada à modernização administrativa da Autarquia, com implementação prevista até ao final do ano. Indicou que esta candidatura contempla *software*, aplicações de interação com os munícipes, melhoria da sinalética e atualização de painéis informativos. Informou ainda que o Município participa numa candidatura conjunta no âmbito da estratégia nacional de territórios inteligentes, em articulação com outros municípios, incidindo sobre áreas como a gestão da rega de espaços verdes, recolha de resíduos urbanos, eficiência energética dos edifícios municipais e iluminação pública, salientando o compromisso do Município com a modernização administrativa e tecnológica. -----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** apresentou um pedido de desculpas à Senhora Vereadora Ana Cristina Pires pela incorreta referência ao seu nome, contudo, rejeitou a acusação de estar a investigar a sua vida pessoal. Esclareceu que enquanto jornalista, exerce investigação há muitos anos e, neste caso, o objetivo é apenas verificar se os titulares de cargos públicos cumprem as suas obrigações legais. Referiu que, tendo a Senhora Vereadora sido nomeada a tempo inteiro numa reunião de Câmara em fevereiro, questionou se já tinha suspenso a sua inscrição na Ordem dos Solicitadores, no âmbito da função fiscalizadora que exercem os deputados

municipais. Informou ainda que, enviou um *email* a onze de março, ao qual responderam nos seguintes termos: “*Informamos que, a pedido da mesma, está a decorrer o processo referente à suspensão da associada em questão.*” Portanto, trata-se apenas de apurar o cumprimento da Lei e o dever de informar os celoricenses. -----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Vice-Presidente, referiu que, enquanto jornalista, considera que a liberdade de imprensa lhe permite formular as críticas que entende adequadas. Acrescentou que, ao longo dos seus trinta e seis anos de carreira, já foi alvo de vários processos, sem que daí tenha resultado qualquer obrigação de indemnização, defendendo que a liberdade de imprensa e de expressão existe e que a Senhora Vice-Presidente tem legitimidade para agir conforme entender ser o mais adequado.-----

-----Quanto à intervenção do Senhor Vereador José Alfredo, agradeceu a informação prestada, salientando que os Deputados estão na Assembleia Municipal para colocar questões e obter esclarecimentos. Em relação aos caminhos pedestres, reconheceu que poderá não se ter explicado da melhor forma, tendo, por esse motivo, apresentado desculpas. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, colocou à votação o Voto de Louvor ao Senhor Emanuel Santinho pelas conquistas no campeonato de Kempo Adaptado, apresentado pela Bancada do PPD/PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----1. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/02/2026**-----

-----Foi presente a ata número dois, referente à sessão ordinária do dia vinte e sete, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e seis, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo alterações a efetuar, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, por não ter estado presente na mencionada sessão.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----A Senhora **Deputada Hélia Susana Granjal Trindade**, segunda secretária da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** apresentou uma súmula da situação financeira do Município, informando que, no âmbito da gestão municipal, os indicadores financeiros e as contas do Município, reportadas a trinta de abril de dois mil e vinte e seis, apresentam uma

evolução positiva, cuja análise detalhada será aprofundada aquando da apresentação das contas municipais. Salientou que os resultados financeiros do Município evidenciam uma evolução positiva, destacando a existência de receitas significativas, bem como uma situação financeira considerada estável. Referiu ainda que os indicadores financeiros apurados revelaram níveis positivos de sustentabilidade e solidez financeira, traduzindo um equilíbrio e capacidade de gestão financeira. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** propôs uma pausa, suspendendo a Sessão às vinte horas e vinte e oito minutos e retomando-a às vinte horas e quarenta e três minutos, após verificação de quórum.-----

-----**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025**-----

-----Foi submetido à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, aprovado por maioria em reunião do Executivo, realizada no dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----Esteve presente nesta Sessão, o Chefe da Divisão Financeira e de Contratação, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez uma breve explanação sobre o assunto, salientando a importância de uma gestão prudente, enquadrada num contexto de sucessivas crises e de incerteza económica internacional, agravado pelos impactos da pandemia e de outras conjunturas adversas. Referiu ainda o aumento da inflação e dos custos, defendendo a necessidade de cautela e rigor na gestão municipal perante o atual contexto económico. -----

-----De seguida concedeu a palavra ao Chefe da Divisão Financeira para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Chefe da Divisão Financeira apresentou uma síntese da prestação de contas do município, enquadrando-a no âmbito das competências municipais e da execução do orçamento aprovado pela Assembleia Municipal, cuja apreciação e fiscalização decorrem do enquadramento legal aplicável às autarquias locais, no âmbito da Lei nº 75/2013, designadamente nas áreas da Educação, Património, Saúde, Ação Social, Proteção Civil, Ordenamento do Território e Ambiente, entre outros. Salientou que a gestão dessas competências e dos respetivos recursos têm reflexo financeiro, o qual tem de ser objeto de análise anual. Continuou dizendo que a Assembleia Municipal aprova o Orçamento, onde estão previstas as receitas e despesas do ano seguinte, cabendo ao Executivo Municipal a sua execução, sendo o presente documento referente à análise do impacto financeiro dessa execução no ano de dois mil e vinte e cinco. No enquadramento legal, destacou que as competências relativas à aprovação e apreciação de contas se encontram definidas na Lei n.º 75/2013, que estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais. Acrescentou que o regime financeiro das Autarquias é regulamentado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual define, entre outros aspetos, as regras relativas ao endividamento e à contratação de empréstimos, constituindo a base do funcionamento financeiro das Autarquias Locais e das entidades intermunicipais. Referiu ainda que, a nível contabilístico, se encontra em vigor, desde dois mil e vinte, o Decreto-Lei n.º 192/2015, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Relativamente aos prazos, informou que as contas do ano anterior devem ser aprovadas pelo Executivo até trinta de abril do ano seguinte, sendo posteriormente apreciadas pela Assembleia Municipal. -----

-----No que respeita à prestação de contas, esclareceu que a mesma é composta pelo relatório de gestão, demonstrações financeiras,

demonstrações orçamentais e outros documentos obrigatórios. Especificou que as demonstrações financeiras são constituídas pelo balanço, demonstração de resultados, demonstração de fluxos de caixa, demonstração das alterações ao património líquido e o anexo às demonstrações financeiras, documento mais extenso onde se encontram definidas as políticas contabilísticas e os critérios utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. -----

-----Na análise ao balanço, assinalou uma redução das participações financeiras do Município, decorrente da correção do valor da participação na APAL, resultante de ajustamentos contabilísticos associados à valorização de ativos transferidos. Referiu ainda que se verificou uma redução dos valores a receber no âmbito de candidaturas, face a dois mil e vinte e quatro, bem como um aumento dos valores em dívida de clientes, essencialmente relacionados com a APAL, cujo pagamento foi considerado no ano de dois mil e vinte e seis. Indicou que as restantes rubricas do ativo se mantiveram estáveis face ao ano de dois mil e vinte e quatro, destacando-se o aumento do saldo de depósitos bancários. No que respeita ao passivo registado no balanço, referiu que se verificou um ligeiro aumento, sobretudo devido a acertos nos diferimentos relacionados com adiantamentos recebidos de candidaturas, nomeadamente, o montante de quinhentos mil euros referente à EN16. Referiu ainda o impacto do recebimento de valores com subsequente entrega a terceiros (operações de tesouraria), relacionados com o Programa “1.º Direito”, bem como o aumento das dívidas a fornecedores, relacionadas com faturas que se encontram a aguardar confirmação à data, entretanto maioritariamente pagas. Apesar deste aumento do passivo, verificou-se uma redução no valor das dívidas a terceiros. Referiu que a redução das participações financeiras em dois mil e vinte e cinco teve contrapartida no ativo, sendo que as variações verificadas nos ativos tangíveis e no património líquido são consistentes com a alteração efetuada nos capitais próprios. Em termos de demonstração de resultados, registou-se um aumento dos

gastos, em cerca de setecentos e sessenta e nove mil euros e dos rendimentos em cerca de um milhão e cinquenta mil euros, resultando num acréscimo do resultado líquido em duzentos e oitenta mil euros face a dois mil e vinte e quatro. Acrescentou, contudo, que os resultados operacionais e os resultados antes de depreciações e gastos de financiamento devem ser o indicador mais relevante na gestão autárquica dada a natureza não lucrativa do Município. Apesar dos aumentos referidos, a estrutura dos resultados manteve-se, praticamente, inalterada face ao ano anterior. Analisando as variações entre dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco destacou-se a diminuição das vendas e prestações de serviços, justificada pelo facto de a APAL ter entrado em funcionamento apenas em junho de dois mil e vinte e quatro, tendo o Município assegurado a atividade de venda de água até essa data. A justificação anterior também se aplica à diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. Disse que se verificou ainda um aumento das transferências correntes recebidas, resultado do aumento das transferências do Orçamento de Estado em cerca de seiscentos mil euros. Registou-se também um aumento dos gastos com pessoal, na ordem de seiscentos e setenta e cinco mil euros, associado a atualizações salariais e novas contratações. Por outro lado, observou-se um aumento das transferências e subsídios concedidos, relacionados com os apoios atribuídos em dois mil e vinte e cinco a particulares, entidades associativas e freguesias. Os ajustes a provisões e imparidades apresentaram valores inferiores comparativamente a dois mil e vinte e quatro, enquanto as amortizações aumentaram e os juros reduziram, decorrentes da diminuição das taxas de juros e amortização de empréstimos, contribuindo para a melhoria dos resultados face a dois mil e vinte e quatro. Salientou que o resultado líquido foi de trezentos e cinquenta e um mil e trinta e cinco euros e oito cêntimos em contraste com os setenta e um mil e vinte e cinco euros e noventa e dois cêntimos registados em dois mil e vinte e quatro. Sublinhou ainda que este indicador, por si só, não é o mais relevante para

a avaliação da gestão financeira de uma Autarquia, sendo mais significativo os resultados operacionais ou os resultados antes de depreciações, uma vez que o resultado líquido é influenciado por fatores externos ao Município. Em termos de estrutura de rendimentos e gastos, não se verificaram alterações significativas entre dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, com predominância das receitas provenientes de transferências e subsídios correntes obtidos. Referiu que a principal fonte de receita do município continua a assentar nas transferências do Estado e em financiamentos associados a candidaturas, enquanto a maior parcela da despesa se concentra nos encargos com pessoal e aquisição de bens e serviços. -----

-----Relativamente aos fluxos de caixa, salientou o aumento dos saldos bancários, verificando-se que, em dois mil e vinte e cinco, as entradas de fundos foram superiores às saídas, originando um aumento do saldo a transitar para a gerência seguinte. Este saldo foi integrado no Orçamento de dois mil e vinte e seis, através da 1.ª Revisão Orçamental e GOP's, sendo o respetivo valor coincidente com o constante na demonstração do desempenho orçamental aprovado no mês de fevereiro. -----

-----No que respeita os indicadores financeiros, referiu que os principais rácios apresentam, na sua maioria, resultados positivos, embora alguns tenham sido influenciados pela correção efetuada à participação financeira na APAL, com reflexos na estrutura patrimonial do município. Destacou o prazo médio de pagamentos, situado em quarenta e nove dias, considerando-o adequado à dimensão do município e esclarecendo que o valor reflete o registo rigoroso das despesas, em conformidade com os procedimentos contabilísticos adotados. Contudo, salientou que o prazo médio de pagamentos apresentado é provisório, por resultar de dados disponibilizados no portal da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), podendo ser ajustados após a aprovação final das Contas, mantendo-se, ainda assim, dentro de níveis considerados aceitáveis. -----

-----Em relação ao endividamento, informou que o município não se encontra em situação de excesso de dívida há vários anos, verificando-se uma tendência de redução sustentada, essencialmente decorrente da amortização de empréstimos. De acordo com os valores apresentados o Município registou uma redução da dívida total de cerca de trezentos e vinte mil euros, dispondo de uma margem utilizável de endividamento de três milhões de euros. Salientou, contudo, que o cálculo do endividamento municipal inclui também a proporção da dívida de entidades participadas e intermunicipais integradas no denominado grupo autárquico, nomeadamente associações e entidades como a APAL e outras, circunstância que exige acompanhamento e prudência na gestão financeira. Esclareceu que parte dos valores relevantes para o cálculo da dívida total do Município, estimados provisoriamente em cerca de cento e cinquenta e cinco mil euros, dependem ainda da apresentação de contas por entidades participadas nas quais o município detém participação, não sendo ainda possível apurar integralmente o respetivo impacto no endividamento municipal. Manifestou a expectativa de que a informação necessária seja disponibilizada antes da remessa dos documentos ao Tribunal de Contas. Explicou ainda que estes elementos são relevantes para o cálculo da margem de endividamento disponível ao Município, a qual determina a capacidade de recurso ao crédito, nomeadamente junto da banca. Referiu que, embora o limite legal seja de vinte por cento da margem apurada, os sucessivos Orçamentos do Estado têm permitido uma utilização mais alargada, até cerca de quarenta por cento da capacidade de endividamento. -----

-----No que concerne às demonstrações orçamentais, referiu que estas integram documentos relativos ao desempenho e execução orçamental, dívida por antiguidade de saldos, alterações orçamentais, operações de tesouraria, contratação administrativa, bem como mapas respeitantes a transferências e subsídios recebidos e concedidos pelo Município. -----

-----No âmbito da execução orçamental, destacou o aumento global das receitas e despesas municipais, salientando que o crescimento da receita foi superior ao da despesa, em parte devido à integração do saldo de gerência transitado do exercício anterior no orçamento do ano em análise. Referiu um aumento das despesas na ordem de um milhão e trezentos mil euros e das receitas de cerca de um milhão e novecentos mil euros. -----

-----Ao nível das receitas e despesas correntes, informou que se registou um aumento das transferências do Estado e dos encargos com pessoal, mantendo-se, contudo, um equilíbrio considerado desejável, na medida em que as receitas correntes continuam superiores às despesas correntes. -----

-----Relativamente às receitas e despesas de capital, explicou que estas se relacionam, respetivamente, com transferências do Estado, candidaturas e investimento municipal em obras e equipamentos. Destacou um aumento do investimento em dois mil e vinte e cinco, particularmente na renovação do parque automóvel municipal, com aquisição de viaturas no valor aproximado de oitocentos mil euros, fator determinante no crescimento das despesas de capital. No que respeita às transferências provenientes do Orçamento do Estado, referiu um aumento global significativo das transferências provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), em linha com o previsto traduzindo-se num acréscimo de cerca de novecentos e sessenta e sete mil euros. Ao nível das receitas fiscais municipais verifica-se uma estabilidade, com exceção do IMT, que registou um crescimento expressivo, associado ao aumento das transações imobiliárias no Concelho. Quanto ao IMI, esclareceu que, apesar da redução da taxa aprovada anteriormente, a receita municipal, embora tenha registado uma ligeira diminuição, manteve-se relativamente estável. Contudo, alertou para o impacto financeiro que alterações percentuais nas taxas fiscais podem representar nas receitas correntes do município, sublinhando a necessidade de prudência na definição de políticas fiscais, por forma a garantir os equilíbrios orçamentais. -----

-----Quanto à execução da despesa de capital, explicou que alguns investimentos previstos apresentaram menor execução devido a constrangimentos administrativos e procedimentais, incluindo atrasos associados a concursos públicos, pareceres e vistos necessários, bem como processos relacionados com projetos de investimento municipal, circunstâncias que condicionaram a concretização de parte das despesas previstas no exercício em análise. Esclareceu que o Município cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, garantindo que as receitas correntes cobrem não apenas as despesas correntes, mas também as amortizações médias dos empréstimos, salientando que o incumprimento deste princípio pode originar notificações e mecanismos de controlo por parte das entidades competentes, situação que afirmou não se verificar na Autarquia.

-----No âmbito dos indicadores orçamentais, referiu que estes apresentam, de forma geral, resultados positivos, destacando um aumento da capacidade de cobertura das despesas pela receita e um acréscimo do peso das despesas com pessoal. Informou que, em dois mil e vinte e cinco, os encargos com pessoal aumentaram cerca de quinhentos e sete mil euros face ao ano anterior, sobretudo em resultado de atualizações salariais na função pública, progressões remuneratórias e novas contratações, parcialmente compensadas por reduções noutras despesas. Referiu ainda que estas despesas representam cerca de quarenta e cinco por cento da despesa total do município, valor considerado enquadrável face à dimensão da Autarquia, sendo a sua gestão acompanhada através de mecanismos de controlo e avaliação financeira. -----

-----Relativamente à documentação da prestação de contas, explicou que esta inclui diversos elementos obrigatórios, nomeadamente mapas de dívida, investimentos financeiros, compromissos e pagamentos em atraso, certificação legal de contas e documentação remetida a entidades fiscalizadoras, incluindo a DGAL e o Tribunal de Contas. -----

-----No que respeita à certificação legal de contas, informou que a mesma mantém uma reserva relacionada com a valorização patrimonial,

decorrente da existência de bens e infraestruturas municipais ainda não plenamente inventariados ou contabilisticamente valorizados, situação que considerou transversal às Autarquias Locais. Acrescentou que o revisor oficial de contas identificou igualmente situações relacionadas com receitas recebidas em dois mil e vinte e cinco, mas contabilizadas apenas em dois mil e vinte e seis, por dificuldades de identificação e processamento contabilístico atempado, circunstância que, segundo referiu, teria impacto positivo adicional nos resultados do exercício caso tivesse sido registada no respetivo ano.-----

-----Concluiu destacando como principais aspetos das contas de dois mil e vinte e cinco a boa execução orçamental, o cumprimento do equilíbrio orçamental, a existência de um saldo orçamental elevado e a redução do endividamento municipal, considerando que estes fatores contribuíram para a melhoria dos resultados financeiros do Município. -----

-----**Submetidos a votação os documentos de Prestação de Contas de 2025, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por maioria, com um voto contra, cinco abstenções e vinte e seis votos a favor.** -----

-----**5. RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2025 - APAL-SIM**-----

-----Foi submetido à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, aprovado em reunião do Conselho de Administração da APAL-SIM, realizada em dezanove de março de dois mil e vinte e seis, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Neste momento ausentou-se, temporariamente, da sala a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral

Figueiredo, não participando na respetiva discussão e votação dos pontos cinco e seis da Ordem de Trabalhos, invocando impedimento profissional, por fazer parte integrante da APAL. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** concedeu, de imediato, a palavra ao Chefe da Divisão Financeira e de Contratação, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----O Chefe da Divisão Financeira esclareceu que, numa análise superficial, as contas da APAL apresentaram resultados positivos, salientando a eficiência do sistema multimunicipal. Acrescentou que o relatório evidencia aspetos que carecem de especial atenção, nomeadamente as perdas de água, referindo que no Concelho de Celorico da Beira cerca de cinquenta e um por cento da água adquirida em alta não é faturada, devido a fugas ou furtos, o que demonstra a necessidade de investimento. Referiu que a APAL se encontra à procura de soluções de investimento e que, enquanto esse investimento não for concretizado, dificilmente será possível proceder à redução das tarifas aplicadas aos consumidores finais, uma vez que o sistema tem que ser sustentável e as ineficiências acabam por ser compensadas financeiramente pelos municípios. Esclareceu ainda que estas ineficiências não se verificam apenas no abastecimento de água, mas também no saneamento, devido à entrada das águas pluviais nas ETAR's, situação que acaba por ser igualmente faturada. -----

-----Concluiu que a principal questão reside na necessidade de investimento, sendo que, enquanto não for efetuado, será muito difícil proceder a ajustes nos tarifários dos municípios. Acrescentou ainda que os municípios dispõem de mecanismos destinados a evitar que os munícipes sejam onerados, designadamente através da convergência tarifária e dos tarifários sociais suportados pela Autarquia, que posteriormente compensa

a APAL, permitindo manter o equilíbrio do sistema. Ainda assim, reforçou que é essencial reduzir as ineficiências existentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** sugeriu proceder à discussão do ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, ficando a votação de cada ponto a realizar posteriormente, de forma isolada. -----

-----Relativamente à primeira revisão orçamental da APAL-SIM, o Chefe da Divisão Financeira esclareceu tratar-se de um procedimento idêntico ao efetuado na Assembleia Municipal para o Município, consistindo na integração do saldo de gerência do ano anterior no orçamento. Referiu que deveria ter sido aprovado o Mapa de Desempenho Orçamental, o qual apresenta um determinado saldo de gerência que carece de integração no orçamento através de uma revisão orçamental, sendo esse o objetivo da proposta apresentada.-----

-----A Senhora **Deputada Rosa Veloso** referiu que considera a empresa intermunicipal mais onerosa do que eficaz, salientando que a Câmara Municipal teve de participar com mais dois milhões de euros na APAL. Acrescentou que o preço da água aumentou, que as ETAR's continuam por executar e cerca de cinquenta e um por cento da água não é faturada, devido à antiguidade das canalizações. Nesse contexto, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que está previsto para o futuro, designadamente quais os investimentos planeados e respetivos prazos de execução, reconhecendo tratar-se de obras muito dispendiosas. -----

-----Concluiu manifestando dificuldade em identificar vantagens nessa empresa, considerando que se verifica um elevado nível de despesa e ainda reduzida eficácia nos resultados. -----

-----O Chefe da Divisão Financeira esclareceu que o Município não transferiu dois milhões de euros para a APAL, referindo que a empresa é

que representa uma valorização inferior em cerca de dois milhões de euros. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** elucidou que a constituição da associação resulta da necessidade de dar resposta aos problemas existentes ao nível das infraestruturas de abastecimento de água, nomeadamente a antiguidade das canalizações, as perdas de água e a necessidade de melhoria da qualidade e eficiência do sistema. Referiu que houve uma evolução significativa do abastecimento, embora subsistam ainda diversos constrangimentos que exigem investimento e intervenção continuada. Salientou que os municípios, isoladamente, não dispõem de capacidade financeira e técnica para responder aos desafios existentes, razão pela qual se tornou necessário integrar este sistema, permitindo o acesso às candidaturas e fundos de financiamento. Destacou a intervenção realizada pela Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL), entre Pêro Soares e o Vale do Mondego, com prolongamento até ao Castelo de Celorico da Beira, ficando a água proveniente da Barragem do Caldeirão ligada aos depósitos existentes no referido Castelo. Acrescentou que a APAL já dispõe de equipamentos e meios técnicos especializados, designadamente para deteção de fugas, estando igualmente previsto um plano estratégico de eficiência para o período de dois mil e vinte e cinco a dois mil e trinta. Informou ainda que continuam a ser desenvolvidos esforços para obtenção de financiamento, por forma a minimizar os custos suportados pelos consumidores, mantendo-se igualmente mecanismos de apoio social para agregados com maiores dificuldades económicas. -----

-----De seguida, referiu também que importa assegurar equilíbrios ao nível dos recursos humanos da empresa, bem como a articulação com os municípios, no sentido de garantir uma resposta adequada em cada território, incluindo a gestão de eventuais excessos ou insuficiências de pessoal. Salientou que se pretende que a empresa venha a ser autossustentável, assegurando o seu próprio equilíbrio financeiro, sendo

expectável que os principais problemas estruturais, designadamente os relacionados com as canalizações, venham a ser progressivamente resolvidos, uma vez que se considera que a maioria das perdas de água resulta do seu mau estado de conservação e da existência de situações de desvios de água. Referiu também a necessidade de intervenção ao nível dos equipamentos públicos, nomeadamente campos de futebol, jardins e outros espaços municipais, defendendo a redução de áreas de relva e a instalação de contadores que permitam aferir com rigor os consumos de água. Defendeu igualmente a implementação de mecanismos de contabilização em jardins, equipamentos públicos, igrejas e cemitérios, por forma a garantir maior transparência e rigor na gestão dos consumos. Salientou, também, a necessidade de se dar especial atenção aos fontanários públicos, distinguindo entre aqueles abastecidos por nascentes, sem custos associados, e aqueles diretamente ligados à rede pública, cuja utilização implica encargos significativos, sobretudo em contexto de consumo indevido ou excessivo em algumas localidades. -----

-----Por fim, disse que os principais objetivos passam pela modernização das redes, redução de perdas e consumos indevidos, melhoria da eficiência e sustentabilidade financeira do sistema, defendendo um trabalho articulado entre Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, IPSS's e demais entidades locais. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra, uma abstenção e vinte e cinco votos a favor, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos APAL-SIM, referente ao exercício de 2025.**-----

-----**Votaram favoravelmente os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação.** -----

-----**Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento.** -----

-----**6. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, MAPA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - APAL-SIM**-----

-----Foi submetido à discussão e aprovação deste Órgão o assunto em título, aprovado em reunião do Conselho de Administração da APAL-SIM, realizada em onze de fevereiro de dois mil e vinte e seis, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e vinte e seis votos a favor aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e às GOP's dos APAL-SIM para o ano 2026.--**

-----**Votaram favoravelmente os membros do Órgão Deliberativo presentes na reunião no momento da votação.**-----

-----**Não participou na presente deliberação a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, por alegado impedimento.**-----

-----Retomou os trabalhos a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira, Susana Maria Dias Cabral Figueiredo.-----

-----**7. ATRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 93/2021, DE 9 DE NOVEMBRO**-----

-----Sobre o assunto, foi submetida à discussão e aprovação deste Órgão a proposta em título, aprovada em reunião de Executivo, realizada a dezoito de março do corrente ano, referindo que as condições de atribuição de suplementos de penosidade e insalubridade estão tipificadas na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. O Decreto-Lei nº 93/2021, de 9 de novembro procede à fixação de um suplemento remuneratório no

exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco agravado de degradação do estado de saúde.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu tratar-se de uma continuidade dos anos anteriores, tendo sido considerado adequado manter a atribuição de um subsídio aos trabalhadores que exercem funções de risco, no âmbito da penosidade e insalubridade, nomeadamente quem desempenha funções relacionadas com os resíduos urbanos, cemitérios e outras atividades de menor grau de penosidade. Esclareceu que, por esse motivo, existem dois escalões, um correspondente a funções de maior penosidade e risco mais elevado, com o valor de 4,99€ e um segundo escalão, relativo a funções com menor grau de risco e insalubridade, com o valor de 4,09€. Concluiu que a medida não sofreu qualquer modificação em relação ao que já se encontrava em vigor. -

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta.**-----

-----**8. APROVAÇÃO DE SUBSÍDIOS E MINUTA DE PROTOCOLO A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Sobre o assunto em título, foram submetidos à discussão e aprovação deste Órgão os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, destinados à prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias do Concelho e objeto da minuta de protocolo aprovada em reunião de Executivo, realizada a vinte e dois de abril do corrente ano, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6),

considerando-se o seu teor integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----No que concerne a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** comunicou que tanto o procedimento, como o valor permanecem inalterados comparativamente com os anos transatos, destinando-se as verbas à realização da limpeza urbana e dos caminhos rurais. Ressalvou que aquando das intempéries, foi solicitado às Juntas de Freguesia que procurassem dar respostas aos respetivos problemas, garantindo a Câmara Municipal o devido apoio nesse sentido, uma vez que as máquinas da Autarquia não conseguiam chegar simultaneamente a todos os locais. Referiu que algumas Juntas de Freguesia recorreram a meios privados e já solicitaram apoio financeiro para essas intervenções, esclarecendo que tal apoio é distinto do que se encontra em apreciação. Acrescentou ainda que, nesse contexto, as Juntas de Freguesia que recorreram a entidades privadas, devido à impossibilidade de intervenção por parte da Câmara Municipal, poderão ser comparticipadas pela Autarquia, desde que apresentem os custos devidamente comprovados. ----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os subsídios a atribuir pelo Município de Celorico da Beira, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias e objeto da minuta de protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e as Freguesias do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----**9. ENVIO DO PROJETO DE REGULAMENTO DAS AAAF/CAF** -----

-----Sobre o assunto, foi submetido à discussão e aprovação deste Órgão o Projeto de Regulamento das AAAF/CAF, o qual, após ter ultrapassado todas as etapas, nomeadamente a consulta pública decorrida entre dezasseis de fevereiro e trinta de março de dois mil e vinte e seis,

durante a qual não foi apresentado qualquer contributo, foi aprovado em reunião de Executivo, realizada a vinte e dois de abril do corrente ano.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** concedeu de imediato a palavra ao Senhor Vereador José Alfredo, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador José Alfredo** esclareceu que o regulamento em apreciação define as regras de funcionamento da Componente de Apoio à Família, no âmbito da Escola a Tempo Inteiro. Referiu que o regulamento anteriormente em vigor datava do ano de dois mil e seis, encontrando-se desatualizado, quer relativamente aos serviços atualmente prestados, quer quanto ao enquadramento legal em vigor, razão pela qual se tornou necessária a sua revisão e atualização. Explicou que o regulamento abrange as atividades de acompanhamento das crianças nos períodos anteriores e posteriores às atividades educativas e letivas, bem como o período das refeições e nas interrupções letivas do Natal, Carnaval e Páscoa. Esclareceu ainda que as Atividades de Animação e Apoio à Família se destinam às crianças que frequentam a educação pré-escolar, enquanto a Componente de Apoio à Família se destina aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Informou igualmente que o projeto de regulamento foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia quatro de fevereiro, tendo posteriormente sido submetido a consulta pública até ao dia trinta de março, sendo agora presente para apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a versão final do Projeto de Regulamento das AAAF/CAF.**-----

-----**10. ALTERAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO**-----

-----Sobre o assunto, foi submetida à discussão e aprovação deste Órgão a Alteração da Estratégia Local de Habitação, aprovada em dois mil e dezanove, justificando-se pela necessidade de a adequar à atual realidade habitacional do Concelho. Desde então, registaram-se mudanças nas dinâmicas sociais, económicas e demográficas, bem como a identificação de novas situações de carência habitacional. Atualmente, encontram-se sinalizados quarenta e dois agregados familiares, dos quais vinte e quatro correspondem a novos casos, não obstante terem sido já resolvidas quarenta e sete situações anteriormente identificadas. Verificou-se ainda a necessidade de ajustar as soluções habitacionais previstas e de reforçar o acesso a financiamento público, designadamente no âmbito do programa 1.º Direito. A referida alteração foi aprovada em reunião de Executivo, realizada a vinte e dois de abril do corrente ano.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** concedeu de imediato a palavra à Senhora Vice-Presidente Teresa Cardoso, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----Tomou a palavra, a Senhora **Vice-Presidente Teresa Cardoso** esclarecendo que a presente proposta visa proceder à atualização da Estratégia Local de Habitação, em vigor desde dois mil e dezanove, a qual permitiu a apresentação de diversas candidaturas no âmbito do Programa 1º Direito. Referiu que essas candidaturas se encontram atualmente em fase de conclusão, por terem sido contempladas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Explicou que as candidaturas se dividiram em duas vertentes, as apresentadas diretamente pelos beneficiários diretos e as apresentadas pelo Município enquanto beneficiário.-----

-----Relativamente às candidaturas dos beneficiários diretos, informou que foram submetidas dezanove candidaturas, das quais dezassete obtiveram aprovação. As duas candidaturas não aprovadas correspondiam

a situações preconizadas na Estratégia Local de Habitação como autopromoção, ou seja, estava inicialmente prevista a construção de raiz de habitações para os dois agregados familiares. Contudo, no período de tempo que mediou entre dois mil e dezanove e a presente data, esses dois agregados familiares adquiriram habitação própria, necessitando atualmente de apoio para a reabilitação das habitações onde residem. Referiu ainda que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) não permitiu a substituição da autopromoção por intervenções de reabilitação, motivo pelo qual estas situações foram novamente integradas na nova Estratégia Local de Habitação. -----

-----No que respeita ao Município enquanto promotor, informou que, no ano anterior, foi lançado um procedimento concursal, o qual ficou deserto. Posteriormente foi lançado novo procedimento, encontrando-se atualmente a obra em fase de execução. Acrescentou que, nesta fase, encontram-se a decorrer os trabalhos de limpeza do espaço, seguindo-se a execução da empreitada de construção dos dezasseis fogos. -----

-----Em relação à nova Estratégia Local de Habitação, que irá entrar em vigor após a aprovação pela Assembleia Municipal, referiu que a mesma integra dezanove candidaturas que transitaram da estratégia anterior. Explicou que estas candidaturas não puderam ser submetidas ao PRR, por os agregados familiares não terem sido considerados elegíveis, em virtude da existência de dívidas, nomeadamente à Segurança Social e à Autoridade Tributária. Não obstante, o Município optou por voltar a incluir estas situações na nova estratégia, na expectativa de que os agregados familiares possam regularizar a sua situação e, conseqüentemente, virem a reunir as condições de elegibilidade. Acrescentou ainda que, além destas dezanove candidaturas, foram sinalizadas outras, perfazendo um total de quarenta e duas famílias incluídas na nova Estratégia Local de Habitação. Concluiu, manifestando a expectativa de que, após a sua aprovação, venham a abrir novas candidaturas que permitam submeter novamente

estes agregados familiares a apoios habitacionais, sendo esse o objetivo principal da proposta apresentada. -----

-----**Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da Estratégia Local de Habitação.** -----

-----**11. ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – ALTERAÇÃO**

-----Foi presente o assunto em título, dando conhecimento da alteração à Organização dos Serviços Municipais, passando a respetiva estrutura a integrar três Unidades Orgânicas flexíveis de 2.º Grau – Divisões Municipais; seis Unidades Orgânicas flexíveis de 3.º Grau – Serviços Municipais; duas Equipas Multidisciplinares e vinte e sete Subunidades Orgânicas flexíveis – Secções, Gabinetes ou Serviços. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que existem pequenos ajustamentos relativamente àquilo que havia sido aprovado em Assembleia Municipal, em dezanove de dezembro de dois mil e vinte e três. Referiu tratar-se de uma estrutura de serviços mista, composta por uma componente matricial e outra hierarquizada. Esclareceu que o modelo inicialmente aprovado previa quatro divisões administrativas, correspondentes a quatro chefias de 2º grau, até seis Unidades Orgânicas flexíveis de 3º grau, até duas Equipas Multidisciplinares e vinte e oito Subunidades de Serviços. Acrescentou que o novo modelo proposto contempla a existência de três Unidades Orgânicas flexíveis de 2º grau, correspondentes às Divisões Municipais, mantendo-se as seis Unidades Orgânicas flexíveis de 3º grau dos Serviços Municipais, duas Equipas Multidisciplinares e passando para vinte e sete Subunidades Orgânicas flexíveis, correspondentes às Secções, Gabinetes ou Serviços. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**12. MINUTA DE PROTOCOLO DE PARCERIA ENTRE A ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO CENTRO DE PORTUGAL E OS MUNICÍPIOS DE VILA VELHA DE RÓDÃO, CASTELO BRANCO, FUNDÃO, COVILHÃ, BELMONTE, GUARDA, CELORICO DA BEIRA E TRANCOSO**-----

-----Foi presente o assunto em título, dando conhecimento da Minuta de Protocolo de Parceria a celebrar entre a Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal e os Municípios de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda, Celorico da Beira e Trancoso, no âmbito da gestão do itinerário “Caminho Nascente/Via Portugal Nascente”, atendendo à relevância do Caminho Português de Santiago.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que estes produtos turísticos têm registado uma procura cada vez maior, nomeadamente no âmbito do turismo religioso. Nesse contexto, informou que foi proposta, pela estrutura do Turismo Centro de Portugal, a criação de uma ligação entre os municípios atravessados pelos Caminhos de Santiago, sendo o Concelho de Celorico da Beira um dos municípios que integra esse percurso. Explicou que o caminho proveniente da Guarda, entra no Concelho pela Rapa, seguindo por Vale de Azares e por Celorico da Beira, continuando depois em direção ao Fornotelheiro e a Trancoso pela aldeia de Fiães. Acrescentou que, da parte do Município, existe uma relação de apoio e reciprocidade no âmbito da colaboração estabelecida, em benefício do território e da promoção do património paisagístico, natural e cultural. Referiu ainda que a Câmara Municipal se encontra disponível para colaborar na manutenção destes caminhos, não só a nível da limpeza, mas também da sinalética, cuja gestão é da responsabilidade da entidade Turismo Centro de Portugal.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**13. ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA MOÇÃO RECURSOS HÍDRICOS NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**-----

-----Foi presente o assunto em título, dando conhecimento que a referida Moção foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal da Guarda, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, destacando a importância da barragem de Assedasse, no concelho da Guarda, para garantir o abastecimento, o regadio, a produção de energia e a segurança hídrica de vários municípios. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** afirmou identificar-se com o propósito de reivindicar aquilo que é devido à região, salientando que a Serra da Estrela constitui uma das principais reservas de água do País e um recurso estratégico para o futuro. Referiu ainda a importância da sua valorização, bem como da necessidade de exigir o devido reconhecimento por parte das entidades competentes. Por fim, considerou legítimo recordar a quem de direito que a Serra da Estrela representa o coração de Portugal. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**14. ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA MOÇÃO PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA**-----

-----Foi presente o assunto em título, dando conhecimento que a referida Moção foi aprovada por maioria na Assembleia Municipal da Guarda, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, destacando que entre janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e seis, fenómenos extremos evidenciaram a vulnerabilidade do território, recordando também os impactos dos incêndios de dois mil e vinte e dois na Serra da Estrela e a necessidade de recuperação e prevenção estrutural.

Apesar da criação do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), com investimento previsto, a sua concretização tem sido limitada e sem expressão no Orçamento de Estado de dois mil e vinte e seis. Nesse sentido, a Assembleia Municipal da Guarda insta o Governo a cumprir o PRPNSE, assegurando a implementação urgente de medidas de prevenção, resiliência e valorização do território.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que Celorico da Beira integra o grupo dos seis municípios que, há algum tempo, participaram numa reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, com o objetivo de reivindicar aquilo que consideram ser de direito, nomeadamente a concretização da aprovação pelo Governo do PS, relativa à atribuição de cerca de cento e cinquenta e cinco milhões de euros para o Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Salientou que essa verba ficou consignada em Diário da República, sendo, contudo necessário que o respetivo montante conste no Orçamento de Estado e que não permaneça apenas como uma intenção anunciada. Considerou ainda ser justo que exista uma atenção reforçada às catástrofes que se têm vindo a repetir na Serra da Estrela. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Nos termos regimentais, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu à aprovação, em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão, para efeitos de eficácia imediata, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Presidente da Mesa da

Assembleia, eram vinte uma horas e cinquenta e três minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- O Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

----- A Segunda Secretária -----